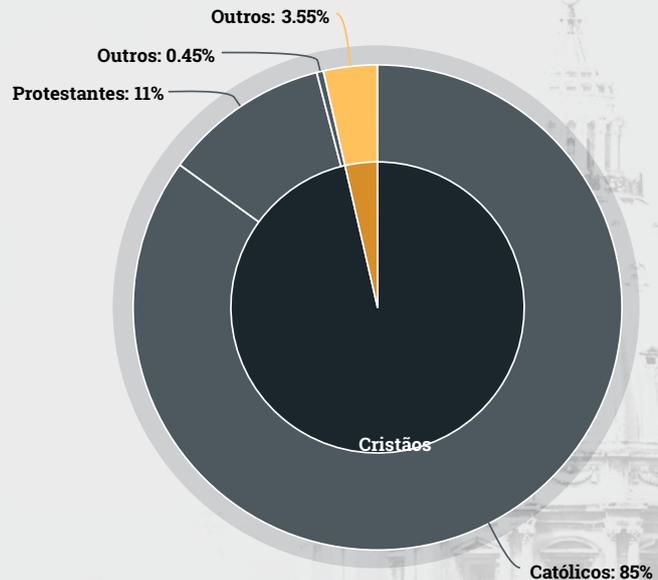


Peru



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

No preâmbulo da Constituição, “Deus Todo Poderoso” é invocado no âmbito da promulgação da Constituição.

O documento afirma que todos têm direito à igualdade perante a lei e que ninguém pode ser discriminado com base na origem, raça, sexo, língua, religião, opinião, estatuto econômico ou qualquer outra característica. A Constituição afirma igualmente que todos têm direito à liberdade de consciência e religião, seja individual ou coletivamente. Ninguém pode ser perseguido por causa das suas ideias ou crenças. Todas as religiões podem ser praticadas livremente em público, desde que não constituam uma ofensa à moral, ou uma perturbação à ordem pública. As pessoas também têm direito à confidencialidade em relação às suas convicções, religiosas ou outras.

A educação religiosa é disponibilizada, no respeito pela liberdade de consciência. A extradição não será concedida se o pedido tiver sido feito para perseguir ou punir alguém com base na religião, nacionalidade, opinião ou raça.

O Estado reconhece a Igreja Católica como elemento importante na formação histórica, cultural e moral do país. Por essa razão, o Estado coopera com a Igreja ao mesmo tempo que

respeita e coopera com outras denominações.^[1]

A Lei n.º 29.635 da Liberdade Religiosa proíbe a discriminação por motivos religiosos e permite que as pessoas professem livremente as crenças religiosas à sua escolha, bem como que renunciem a elas em qualquer momento à sua escolha.

As pessoas têm direito de praticar os seus preceitos religiosos, individual ou coletivamente, em privado ou em público.

A lei também consagra o direito a fazer um juramento de acordo com as próprias convicções, bem como a não o fazer e a prestar um juramento alternativo. A lei permite o enterro de acordo com as tradições e rituais religiosos.

As entidades religiosas registradas são pessoas jurídicas sem fins lucrativos no âmbito do direito privado. O registro serve para reconhecer a sua identidade jurídica e facilitar as suas relações com o Estado.^[2]

No âmbito de um acordo assinado com a Igreja Católica em julho de 1980, esta recebe subsídios do Estado, tal como acontece também com alguns membros do clero católico e leigos que trabalham para a Igreja. Além disso, o Governo disponibiliza um subsídio mensal a cada diocese.^[3]

[1] <http://www4.congreso.gob.pe/ntley/Imágenes/Constitu/Cons1993.pdf> (acessado em 16 de Março de 2016).

[2] <https://derechoperu.wordpress.com/2010/12/21/ley-29635-ley-de-libertad-religiosa/> (acessado em 20 de Março de 2016).

[3] http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/archivio/documents/rc_seg-st_19800726_santa-sede-peru_sp.html (acessado em 20 de Março de 2016).

INCIDENTES

Em novembro de 2015, depois da Conferência Episcopal Católica do Peru ter recolhido 135 mil assinaturas para defender as aulas de religião, o Governo anunciou que a disciplina iria continuar sendo ensinada nas escolas do país. A Conferência Episcopal reagiu ao protesto nacional do Quadro Curricular Nacional, um documento que apresenta oito áreas de ensino básicas nas quais os alunos devem mostrar progressos no final dos seus anos escolares. No entanto, em nenhuma é mencionada a dimensão espiritual e religiosa. Por sua vez, o ministro da Educação referiu que a religião iria continuar sendo ensinada nas escolas e que estava fora de questão excluí-la.^[4]

Também em novembro de 2015, o Parlamento do Peru decidiu arquivar uma proposta de lei para a descriminalização do aborto em casos de violência sexual, depois de membros da comissão parlamentar terem rejeitado a proposta de lei. Em maio de 2015, uma iniciativa semelhante tinha sido rejeitada.^[5]

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Entre junho de 2014 e março de 2016, não houve casos de intolerância, discriminação ou perseguição religiosa. Em comparação com o período anterior, e dada a ausência de incidentes, a situação em relação à liberdade religiosa melhorou.

[4] http://infocatolica.com/?t=noticia&cod=22464&utm_medium=twitter&utm_campaign=NoticiasTw&utm_source=infocatolicatw (acessado em 5 de Março de 2016).

[5] http://elcomercio.pe/politica/congreso/archivan-proyecto-ley-despenalizar-aborto-violacion-noticia-1858704?ref=flujo_tags_514141&ft=nota_11&e=titulo (acessado em 5 de Março de 2016).